

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

# PREGÃO ELETRÔNICO

036/2025

#### **PROCESSO**

307/2025

## **CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA (986629)

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E, conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006, para as unidades de atendimento vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista.

# VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 53.196,00 (cinquenta e três mil, cento e noventa e seis reais).

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/12/2025 às 09h00 (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

#### **MODO DE DISPUTA**

Aberto

# **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei 14.133/2021



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

#### PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025 - PROCESSO 307/2025

#### 1. PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA, situada na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 – Centro, TORNA PÚBLICA a quem possa interessar, aabertura da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR ITEM, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021, e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

## **1.2.** Informações preliminares:

DATA DA ABERTURA: 10 / 12 / 2025.

HORA: 09h00 (nove horas) - horário de Brasília-DF.

**LOCAL**: Portal de Compras do Governo Federal – <a href="https://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>

CÓDIGO UASG: 986629

#### 2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E, conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006, para as unidades de atendimento vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

- **2.1.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- **2.2.** Não serão aceitos preços unitários acima dos valores máximos orçados pela administração para cada item.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- **3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, aindaque por terceiros.

- **3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- **3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- **3.5.** Estarão definidos no Termo de Referência (ANEXO I), os itens cuja participação seja exclusiva e/ou que tenha cota reservada, para microempresas, empresas de pequeno porte e as equiparadas a estas por lei, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- **3.6.** Os itens poderão ser divididos em cota principal e cota reservada e/ou exclusiva à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.
- **3.6.1.** As cotas principal e reservada e/ou exclusiva serão licitadas pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.
- **3.6.2.** Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, referente ao mesmoproduto/serviço o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor, sob pena de desclassificação.
- **3.6.3.** A obtenção do benefício a que se refere o item 4.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte ou equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no <u>artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para o agricultor familiar,o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u> e do Decreto n.º 8.538, de 2015 e o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.8. Não poderão** disputar esta licitação:
- **3.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **3.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**3.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- **3.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- **3.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau:
- **3.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **3.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- **3.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- **3.8.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos dalegislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.9.** O impedimento de que trata o item 4.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- **3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2 e 4.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- **3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**3.12.** O disposto nos itens 4.8.2 e 4.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

- **3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termosda Lei nº 14.133/2021.
- **3.14.** A vedação de que trata o item 4.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- **4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- **4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- **4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o <u>disposto nos incisos III</u> e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no <u>artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus <u>arts. 42 a 49</u>, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º14.133, de 2021.

- **4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- **4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- **4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na <u>Lei</u> nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- **4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- **4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- **4.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- **4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- **4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- **4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- **4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- **4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





**4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- **5.1.1.** Valor unitário e total do item:
- **5.1.2.** Marca/modelo e fabricante;
- **5.1.3.** Quantidade cotada;
- **5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- **5.3.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada item.
- **5.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- **5.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **5.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- **5.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- **5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- **5.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- **5.8.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.
- **5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, geraras seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do <u>art. 71, inciso IX, da Constituição</u>; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DELANCES

- **6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- **6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- **6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- **6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo) em cada item.

- **6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexeguível.
- **6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- **6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- **6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- **6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- **6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- **6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- **6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- **6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão eeventuais prorrogações.
- **6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão oslicitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novoslances sucessivos.
- **6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- **6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- **6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- **6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- **6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar- se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, respeitado o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.21.** Para fins de desempate, será utilizada a seguinte regra:

1º) aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto; disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova propostaem ato contínuo à classificação;

2º) de modo subsequente, a aplicação do artigo 60 da Lei 14.133/2021 e respectiva regulamentação, se houver;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**3º)** ainda assim persistindo o empate, será realizado o sorteio entre as empatadas, de modo eletrônico e automático, pela própria plataforma Compras.gov.br.

- **6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- **6.22.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- **6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- **6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- **6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- **7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no <u>art. 14 da Lei nº 14.133/2021</u>, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- **7.1.1.** SICAF;
- **7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis">https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis</a>);
- **7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<a href="https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep">https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep</a>);
- **7.1.4.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça <a href="http://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php">http://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php</a>;
- **7.1.5.** A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992 e inciso III do art. 14 da Lei 14.133/2021.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário.





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório deOcorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

- **7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- **7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- **7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- **7.3.4.** Cadastro de Apenados pelo tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<a href="https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados">https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados</a>)
- **7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- **7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 deste edital.
- **7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no <u>artigo 29 a 35 da</u> IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- **7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- **7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;
- **7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- **7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferioresa 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- **7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência dopregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- **7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- **7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- **7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Aplanilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- **7.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- **7.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- **7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

# 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

#### 8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **8.2.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **8.2.2. Microempreendedor Individual MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor">https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor</a>;
- 8.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- **8.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **8.2.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, comaverbação no Registro onde tem sede a matriz;
- **8.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- **8.2.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.3.1. Inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);
- **8.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasile da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- **8.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- **8.3.4.** Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A daConsolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**8.3.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital e/ou Municipal<sup>1</sup> relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetocontratual;

- **8.3.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- **8.3.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- **8.3.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

# 8.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

**8.4.1.** A licitante deverá apresentar Certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

## 8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- **8.5.1.** Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico, que comprove(m) que a empresa tenha fornecido para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao do presente objeto:
- **8.5.2.** Certificado de Inspeção para o transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e Certificado de Inspeção Veicular (CIV) do veículo que será utilizado para a coleta e o transporte do Resíduos Sólidos do Serviço de Saúde.

### 8.6. DAS DECLARAÇÕES DIVERSAS:

- **8.6.1.** Juntamente aos demais documentos de habilitação a licitante deverá apresentar as declarações no **Anexo IV Declaração Geral**.
- **8.7.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que conste todas as informações exigidas.
- 8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados diretamente no Departamento

¹ conforme orientação do TCESP no TC nº023634.989.21-4 - a exigência de comprovação da regularidade fiscal (Estadual e Municipal) deve se limitar aos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante, compatível com o objeto contratual.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

de Compras e Licitações, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação por servidores ou, via correio em cópias autenticadas por qualquer meio legalmente permitidos, ou ainda pelo sistema ou e-mail digitalizados e autenticados por meios digitais.

- **8.9.** A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- **8.10.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- **8.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão e prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada e no máximo até 30 minutos antes do término do prazo inicial.
- **8.10.2.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- **8.10.3.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- **8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- **8.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- **8.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas:
- **8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- **8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

#### 9. DOS RECURSOS

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



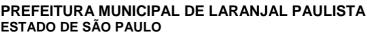
Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- **9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- **9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- **9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- **9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- **9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- **9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qualpoderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- **9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- **10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- **10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- **10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **10.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- **10.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- **10.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- **10.1.2.4.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **10.1.2.5.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- **10.1.3.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a licitação
- 10.1.4. fraudar a licitação
- 10.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- **10.1.5.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- **10.1.5.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- **10.1.7.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- **10.2.** Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. advertência:
- **10.2.2.** multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- **10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- **10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- **10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- **10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **10.4.** A multa será recolhida em percentual incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazomáximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- **10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, a multa será de 10% do valor do contratolicitado.
- **10.4.2.** Para as infrações previstas no item 13.1.3, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- **10.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- **10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- **10.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- **10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazomáximo de 3 (três) anos.
- **10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- **10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do <u>art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.</u>
- **10.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo deresponsabilização a





e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

- **11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficialno prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo neste caso o pedido ser encaminhado através do e-mail <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>
- **11.3.1.** A impugnação e/ou esclarecimento será considerada recebida após o efetivo recebimento e registro da mensagem eletrônica diretamente no equipamento de informática/servidor da Prefeitura.
- **11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivadapelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo

horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de

Brasília – DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre

os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio daisonomia, a finalidade e

a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente dacondução ou do

resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-

se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde

que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital, de seus anexos ou demais peças que

compõem o processo ou da plataforma, prevalecerão as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP)

e endereço eletrônico https://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/licitacoes.

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

12.11.4. ANEXO IV – Declaração Geral

12.11.5. ANEXO V – Minuta do Termo de Contrato

22



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: <a href="mailto:licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br">licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</a>

12.11.6. ANEXO VI – ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Laranjal Paulista, 25 de novembro de 2025.

Antônio Valdecir Berto Filho Prefeito Municipal



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025 - PROCESSO 307/2025

## 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

#### 1.1. Da definição do objeto

- 1.1.1. Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E, conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006, para as unidades de atendimento vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista.
- 1.1.2. Tipo de contratação: Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.2. Critério de julgamento: Menor Preço, conforme o art. 33, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- **1.2.1 Modo de disputa:** aberto nos termos do art. 56, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### 1.2.2. Divisão da Licitação

Adjudicação por item.

#### 1.3 Modo de Prestação de Serviço

Prestação de serviço parcelado.

**1.4. Exclusividade de Participação**: Esta contratação será realizada com exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

#### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

#### 2.1. Justificativa da necessidade:

A contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E é necessária para assegurar o manejo adequado e a destinação ambientalmente correta desses resíduos, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Resolução CONAMA nº 358/2005, a RDC ANVISA nº 222/2018 e a Resolução SMA nº 33/2006.

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Esses resíduos, por apresentarem risco à saúde humana e ao meio ambiente, requerem procedimentos específicos e devem ser tratados por empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais

competentes. A prestação desses serviços é fundamental para a manutenção das atividades nas unidades de

saúde do município, garantindo segurança sanitária, prevenção de contaminações, atendimento às normas

técnicas e redução de impactos ambientais.

Estima-se uma geração mensal de aproximadamente 520 kg de resíduos, cuja destinação exige coleta regular,

transporte seguro e tratamento adequado. Assim, a contratação visa garantir a continuidade e a regularidade dos

serviços de saúde, com segurança, eficiência e em conformidade com os padrões legais e sanitários.

2.2. Justificativa da quantidade:

Com a finalidade de estabelecer os serviços para todas as unidades de saúde e imóveis cadastrados pela

Secretaria Municipal de Saúde, incluindo: as 5 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Centro de Saúde, o Centro

de Pediatria, o Centro de Especialidades, o CAPS, o CEO, o Setor de Ambulância e o Laboratório, bem como

demais serviços de saúde que venham a ser instituídos ao longo do exercício.

3. DA PROPOSTA

3.1. No valor proposto já deverão estar inclusas todas as despesas relativas à prestação dos serviços objeto desta

licitação: obrigações e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, tributários, contribuições fiscais

e parafiscais, emolumentos, despesas administrativas, operacionais, custos de pessoal especializado, seguros de

acidente de trabalho e/ou outros, despesas de locomoção, combustível, materiais e equipamentos necessários,

tarifas, fretes, lucros, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os

produtos, objeto deste certame.

3.2. A quantidade estimada é de 520 kg (quinhentos e vinte quilos) de resíduos dos serviços de saúde por mês,

conforme demanda e necessidade da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses

prorrogáveis na forma da Lei.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1.1 - O prazo de execução do(s) serviços(s) começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do

recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitido pelo Setor de Liictações ou pelo setor requisitante da(o)

Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

4.2. Dinâmica de Execução dos Serviços

4.2.1. Para a execução do objeto a CONTRATADA deverá seguir a seguinte dinâmica:

25



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**4.2.1.1.** Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Contratante, conforme relação das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

### 4.2.1.2. Locais de Execução dos Serviços

As coletas serão realizadas **semanalmente**, preferencialmente **no período matutino (07h00 às 11h00)**, em dias e horários previamente acordados com cada unidade de saúde.

Unidade de Saúde	Endereço	Latitude	Longitude	Telefone	Responsável	
UBS Posto Central	Rua Suaidan Abud, 221 – Centro	- 23.05215682 34686	- 47.8383018 98167	(15) 3283- 1117	Enf <sup>a</sup> Deniziane Sanches Correa	
UBS Bairro da Ponte	Rua Governador Pedro de Toledo, 1550 – Bairro da Ponte	- 23.06365991 5412227	- 47.8290617 13963725	(15) 3283- 6555		
UBS São Roque	Rua José Marquesi, s/n – Residencial Itaporanga	- 23.03279768 3297236	- 47.8328117 1389598	(15) 3283- 6449	Enf <sup>a</sup> Camila Firmino	
UBS Vila Zalla	Rua Santo Ângelo, 330 – Vila Zalla	- 23.04338866 9088763	- 47.8402184 24181074	(15) 3283- 2784	Enfa Cintia Cuzziol	
UBS Maristela	Rua Francisco Migliani, s/n – Distrito de Maristela	- 23.04026879 1618082	- 47.8899670 1022417	(15) 3287- 1044	Enf <sup>a</sup> Nathália Rodrigues	
UBS Laras	Rua João Henrique de Campo – Distrito de Laras	- 22.92429519 08561	- 47.8984410 7189869	(15) 3287- 6177	Enf <sup>a</sup> Evelise Pereira	
Centro Administrativo (VISA, VE, SMS, ECONVE e Mamografia)	Rua Hélio Rodrigues Pires, 54 – Centro	- 23.05485631 8695606	- 47.8384574 0255033	(15) 3283- 4600	Secretário de Saúde Diego D. Ishiwa	
CEO	Rua Pereira Barreto, 44 – Centro	- 23.05256146 1206615	- 47.8372328 8994871	(15) 3283- 4108	Sérgio Honório	
CAPS	Rua Francisco de Matos, 12 – Jardim Jóia do Tronco	- 23.05164648 2580765	- 47.8277666 6331351	(15) 99703- 1419	Enf. André Pieroni	
CAED	Rua Murilo de Freitas, 136 – Vila São José	- 23.05484210 0596687	- 47.8290252 8708509	(15) 3283- 6363	Enfa Elaine Moccio	
Setor de Transporte (Ambulância)	Rua João Beloto, 390 – Vila São José	- 23.05573335 87819	- 47.8305638 1791156	(15) 3283- 6895	Ademar Castro	
Laboratório Municipal	Rua Vital Brasil, 110  – Centro	-23.052829	-47.8379596	(15) 3283- 2258	Juliana Cardoso Uliana	
Centro de Pediatria	Rua São Vicente de	-	-	_	Enf <sup>a</sup> Letícia Bello	



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

	Paulo, 142 – Centro	23.05066005 1911443	47.8343753 5719506		
Centro de Autismo	Alameda Angelina Belloto Zalla, s/n – Centro	- 23.04533443 5544234	- 47.8375485 3567067	1	_
UBS Alto dos Laranjais	Rua Álvaro Mori, s/n – Altos dos Laranjais II	- 23.06159421 2811645	- 47.8332464 86880384	_	_

- **4.2.1.3.** A subcontratação dos serviços a serem prestados pela contratada será limitada ao tratamento e destinação final.
- **4.2.1.4.** A CONTRATADA será integralmente responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, incluindo:
- Fornecimento de todos os equipamentos, veículos e insumos necessários;
- Cumprimento de todas as normas técnicas, ambientais e sanitárias aplicáveis;
- Garantia de rastreabilidade e documentação completa do processo.
- **4.2.1.5.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o relatório e documentos comprobatórios das coletas realizadas.
- **4.4.** É obrigatório o uso de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) conforme legislação e normas aplicáveis.
- **4.5.** A CONTRATADA deverá apresentar, por escrito, protocolo de conduta em caso de derramamento de resíduos durante a coleta e transporte, incluindo a notificação aos órgãos ambientais e de saúde pública.
- **4.6.** Todos os funcionários envolvidos na coleta deverão utilizar crachá contendo foto, nome da empresa, nome e função do profissional.
- 4.7. A CONTRATADA deverá apresentar plano de contingência em caso de interrupção do processo de coleta.
- **4.8.** Em nenhuma hipótese a rotina de coleta poderá ser mudada sem autorização prévia do Contratante, haja vista que a rotina é definida para atender às necessidades das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

## 5. DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

Item	CATSER	Descrição	Un	Qtde.	Valor unitário	Valor total
1	19380	Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços	kg	6.240	R\$ 8,525	R\$ 53.196,00



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

de saúde dos Grupos A (resíduos com possível			
presença de agentes biológicos que, por suas	(520 /		
características, podem apresentar risco de	mês)		
infecção), B (resíduos químicos) e E (materiais			
perfurocortantes), conforme definidos na RDC			
ANVISA nº 222/2018, na Resolução CONAMA nº			
358/2005 e na Resolução SMA nº 33/2006.			

## 6. CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação, as empresas participantes deverão encaminhar a seguinte documentação:

### 6.1.1. Habilitação Jurídica

- I Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- **a)** Será admitida a apresentação de versão consolidada do documento, desde que acompanhada de todas as alterações posteriores, caso houver.
- **b)** Somente será(ão) habilitado(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.
- c) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada na tabela do Anexo I deste Termo de Referência.

#### 6.1.2. Habilitação Fiscal

- I Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.
- II Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal conforme o objeto, em vigor.
- **III -** Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

#### 6.1.3. Habilitação Trabalhista



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

I - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

### 6.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou de Recuperação Judicial (Lei n.º 11.101/2005), em vigor, expedida pelo distribuidor da comarca da matriz da pessoa jurídica.

### 6.1.5. Qualificação Técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa, acompanhado(s) da Certidão de Acervo Técnico, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;
- Certificado de Inspeção para o transporte de Produtos Perigosos (CIPP) e Certificado de Inspeção Veicular (CIV) do veículo que será utilizado para a coleta e o transporte de Resíduos Sólidos do Serviço de Saúde.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **7.1.** O pagamento para a quantidade estimada de serviço, será efetuado, após a prestação efetiva do serviço, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias consecutivos após a data de Recebimento do objeto pelo servidor responsável, o qual ocorrerá mediante aporte da assinatura e data no documento fiscal.
- **7.2.** A empresa vencedora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- **6.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a empresa vencedora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a empresa vencedora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.
- **7.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- **7.4.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a empresa vencedora apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela empresa vencedora.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**7.4.1.** Enquanto a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente a retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

- **7.5.** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 7.6. Para fins de pagamento, a empresa vencedora deverá informar no corpo da nota fiscal o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa vencedora. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- 7.6.1 A emissão da nota fiscal deverá observar as disposições do <u>Decreto Municipal nº 4.450 de 14 de agosto de 2023</u>, notadamente no sentido de informar no documento fiscal a alíquota e respectivo valor do IRRF.
- **7.7.** Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

#### 8. DO REAJUSTE

- **8.1.** Os valores da proposta somente poderão sofrer reajustes, a requerimento, após o período de 1 (um) ano, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), nos termos da Lei n.º 9.069 de 29/06/1995 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001, contados da data do orçamento estimado, nos moldes do art. 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.
- **8.1.1** Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 22/09/2025.
- **8.2.** É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **8.3.** No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- **8.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **8.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **8.8.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

### 9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- **9.1.** O contrato entrará em vigor na data da assinatura e vigerá **por 12 (doze) meses iniciando-se a partir da assinatura do contrato** podendo ser prorrogado com base no artigo 105 e 106, da Lei n.º14.133/2021 e suas alterações, desde que haja autorização formal da autoridade competente e mediante os seguintes requisitos:
- a) relatório favorável do responsável pelo recebimento e fiscalização, com anuência da autoridade competente, de que os serviços tenham sido prestados regularmente e haja vantajosidade na prorrogação do contrato;
- b) demonstração de que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- **c)** a empresa contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação, comprovando que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA

- **10.1.** Compete à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista:
- **10.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- **10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e lavrar termo de recebimento provisório. Se o serviço contratado não estiver de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**10.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **10.1.5.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao **serviço prestado**, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, no Contrato e no Termo de Referência;
- **10.1.7.** Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **10.1.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- **10.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **10.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- **10.1.11.** Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- **10.1.12.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- **10.1.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

### 10.3. - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**10.3.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

- **10.3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).
- **10.3.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).
- 10.3.4. As atividades de gestão e fiscalização contratual serão executadas pelos servidores abaixo designados:

Atribuição	Nome do servidor	Cargo	Lotação	Matrícula
Gestor do contrato	Diego Dyodi Ishiwa	Secretário de Saúde	Secretaria de Saúde	44982
Fiscal do contrato	Ana Elisa de Oliveira Alho	Diretora de Saúde	Secretaria de Saúde	042923
Fiscal do contrato suplente	Felipe Gustavo de Lara	Coordenador de Saúde	Secretária de Saúde	044573

Demais atribuições do Fiscal do contrato e do gestor estão disponíveis no Decreto Municipal nº 4.501/2023 da Prefeitura de Laranjal Paulista.

- **10.3.5.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).
- **10.3.6.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).
- **10.3.7.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).
- **10.3.8.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).
- **10.3.9.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).
- 10.3.10. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047

Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

10.3.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.°).

10.3.12. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.3.13. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **10.1.1.** Executar todos os serviços objeto do contrato com presteza e zelo;
- 10.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;
- 11.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;
- 11.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

- 11.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PREGÃO;
- 11.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.11. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 11.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 11.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 11.1.14. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 11.1.15. Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 10.1.16. Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 11.1.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**11.1.19.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

- **11.1.20.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- **11.1.21.** Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- **11.1.22.** Informar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- **11.2.** Em atendimento à Lei Federal nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- **11.2.1.** O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.
- 11.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- **11.3.1.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021:
- **11.3.2.** Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

11.3.3. Pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.4.** Informar à unidade requisitante, setor de Compras e contabilidade da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

**11.5.** Apresentar como condição para assinatura do Contrato a Licença de Operação do local onde serão tratados os resíduos de serviço de saúde coletados, própria ou de terceiro, nesse caso apresentar contrato com este.

# 112. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

- 12.1. A empresa vencedora fica obrigada a:
- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **b)** cumprir com o estabelecido pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- **g)** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.
- **12.2.** A empresa vencedora também autoriza a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA a realizar o tratamento de meus Dados Pessoais para as finalidades e de acordo com as condições aqui estabelecidas, em especial para:
- **12.2.1.** Cumprir as obrigações contratuais e legais da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, em razão de suas atividades;
- 11.2.2. Execução de seus Programas e prestação de serviços;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

12.2.3. Fomentar, desenvolver e melhorar soluções para o desenvolvimento de programas, projetos e ações;

12.2.4. Oferecer produtos e serviços que sejam de interesse e estratégia da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE

LARANJAL PAULISTA;

12.2.5. Realizar pesquisas com a municipalidade;

12.2.6. Realizar a comunicação oficial pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA ou por seus

prestadores de serviço, por meio de quaisquer canais de comunicação (telefone, e-mail, SMS, WhatsApp, etc.).

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela recusa injustificada de assinatura do Contrato, será aplicada multa na razão de 20% (vinte por cento),

sobre o valor global adjudicado para o(s) item(ns), bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei

14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

13.2. Pelo atraso injustificado de entrega dos produtos nos prazos previstos neste instrumento, será aplicada

multa moratória na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida,

até 30 (trinta) dias de atraso. Contudo, após o atraso, poderá, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho

e/ou rescindido o contrato; bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3

(três) anos.

13.3. Pela entrega dos produtos em desacordo com o solicitado, após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para

adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o total da parcela inadimplida;

13.4. Pela não entrega dos produtos solicitados, sem justa causa, será aplicado multa na razão de 20 % (vinte por

cento) da parcela inadimplida, bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3

(três) anos.

13.5. Quando da reincidência em irregularidades já notificada pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sem a

pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores,

acrescido de 10% (dez por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho,

rescindido o contrato e /ou imputada à empresa vencedora a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21,

pelo prazo de até 3 (três) anos.

13.6. Será facultada à contratada, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer

das situações previstas neste Termo de Referência.

13.7. As multas e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade

civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.8. Caso a multa não seja quitada em até 30 (trinta) dias contados da emissão da notificação, estará sujeita à

38



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

## 14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**14.1.** As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.

## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** Dúvidas técnicas e pontuais referentes ao objeto deste Pregão, poderão ser esclarecidos diretamente no Departamento de Licitações, pelos telefones (15) 3283-8331 / 3283-8338, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Laranjal Paulista, 10 de novembro de 2025.

Diego Dyodi Ishiwa Secretaria Municipal de Saúde



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

## ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025 - PROCESSO 307/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos dos serviços de saúde, classificados nos Grupos A (resíduos infectantes), B (resíduos químicos) e E (resíduos perfurocortantes), gerados nas unidades de saúde do Município de Laranjal Paulista/SP.

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Período: 12 meses.

Responsável: Diego Dyodi Ishiwa

Equipe de planejamento: Felipe Gustavo de Lara

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista não possui estrutura própria para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados pelas unidades de saúde sob sua responsabilidade. Os resíduos dos Grupos A (infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes) representam risco iminente à saúde pública e ao meio ambiente quando não tratados de forma adequada.

A ausência de um sistema estruturado interno para o manejo desses resíduos pode resultar em contaminação ambiental, transmissão de doenças, comprometimento da qualidade dos serviços de saúde e descumprimento das normas ambientais e sanitárias vigentes.

Diante disso, a contratação de empresa especializada se faz necessária para garantir o cumprimento das determinações legais estabelecidas pelas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018, e SMA nº 33/2006, assegurando a proteção da saúde da população e a preservação do meio ambiente.

#### 2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Objetivo Geral:**

Contratar empresa especializada para execução integral dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde, assegurando conformidade normativa e proteção ambiental.

## **Objetivos Específicos:**

• Implementar sistema eficiente de coleta regular dos resíduos dos Grupos A, B e E nas unidades de saúde municipais, conforme cronograma pré-estabelecido;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- Garantir transporte seguro e adequado dos resíduos, em veículos licenciados e com rastreamento, desde as unidades geradoras até as instalações de tratamento licenciadas;
- Promover o tratamento e a destinação final ambientalmente corretos dos resíduos;
- Assegurar o tratamento tecnológico adequado (autoclavagem ou incineração) e destinação final ambientalmente correta em aterros licenciados;
- Garantir a rastreabilidade completa do processo por meio de documentação obrigatória, incluindo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e Certificado de Destinação Final (CDF);
- Reduzir significativamente os riscos de contaminação do meio ambiente, de acidentes com perfurcortantes e transmissão de doenças;
- Cumprir integralmente a legislação ambiental e sanitária, em especial as Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006.
- Fornecer relatórios mensais detalhados com quantitativos coletados, tratatos e destinados, para fins de controle e transparência.

## 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 3.1. Requisitos Técnicos Obrigatórios:

- Atestado de capacidade técnica para coleta, transporte e tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde;
- Equipamentos de proteção individual (EPI) para toda a equipe operacional;
- Sistema de rastreamento e controle de resíduos com emissão de relatórios;
- Veículo devidamente licenciado para a coleta e o transporte.

#### 3.2. Requisitos Operacionais:

- A coleta será realizada uma vez por semana em todas as unidades de saúde e imóveis cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Horário de coleta: preferencialmente no período matutino (7h às 11h);
- Tratamento por autoclavagem ou incineração licenciada;
- Disposição final em aterros sanitários devidamente licenciados;
- Apresentação de plano operacional detalhado incliendo roteiro da coleta, frequência, equipamentos e procedimentos de emergência

#### 3.3. Requisitos Documentais:

- Emisão e entrega mensal do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) para todos os fluxos de coleta
- Fornecimento do Certificado de Destinação Final (CDF) ambientalmente adequada para cada lote de resíduos tratados;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047

Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- Relatórios mensais detalhados contendo quantitativos coletados (em kg), tratados e destinados, discriminados por grupo de resíduo e unidade de saúde;
- Laudos técnicos de eficiência do tratamento e monitoramento ambiental, quando aplicável;
- Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária perante aos órgãos competentes.

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com base em pesquisa realizada nos portais de compras públicas (Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, BLL, Compras Governamentais, Bolsa Nacional de Compras - BNC, Portal Licitapira, Portal Licitações-e, Portal Comprascaragua, Portal da Transparência do TCE/SP, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, Compras.gov e Comprasnet), foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

#### 1. Aquisição direta de serviços especializados por meio de licitação:

- Permite definição clara do objeto e escopo contratual desde o início;
- Garante competitividade e ampla participação do mercado regional;
- Facilita o acompanhamento e controle da execução dos serviços contratados.
- Facilita o acompanhamento e controle da execução dos serviços contratados.
   Sistema de Registro de Preços para contratação conforme demanda:
- Permite que a Administração solicite os serviços de forma parcelada, conforme a necessidade concreta e planejamento interno;
- Evita a contratação de serviços que poderiam se tornar obsoletos por mudanças normativas ou de prioridade;
- Confere flexibilidade e previsibilidade na gestão orçamentária;
- Requer detalhamento prévio de condições e critérios de medição e pagamento.

#### 3. Dispensa de licitação para contratação:

- Aplicável apenas em situações excepcionais, como riscos sanitários iminentes;
- Deve seguir os requisitos legais do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

## 4. Adesão a atas de registro de preços de outros entes:

- Alternativa utilizada para acelerar contratações em situações específicas;
- Sujeita à compatibilidade do objeto, condições e critérios da ata com a realidade local;
- Nem sempre há atas vigentes com escopo técnico compatível, especialmente em projetos com características específicas da área da saúde.

A análise de contratações realizadas por órgãos e municípios com características semelhantes às de Laranjal Paulista revela que a solução mais adequada tem sido a contratação direta por Dispensa. Essa abordagem



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

permite flexibilidade na execução, controle técnico adequado e maior eficiência na alocação dos recursos públicos, sem comprometer a padronização e a continuidade dos serviços técnicos especializados.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação integral dos serviços de gestão de resíduos dos serviços de saúde, abrangendo desde a coleta nas unidades até a destinação final ambientalmente adequada.

## Índice de Eficiência da Gestão Municipal:

Esta contratação contribuirá para o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nas seguintes dimensões:

- Saúde: Melhoria da qualidade dos serviços de saúde
- Meio Ambiente: Cumprimento da legislação ambiental
- Planejamento: Gestão adequada de resíduos sólidos

#### **Benefícios Esperados:**

- Redução de 100% dos riscos de contaminação ambiental
- Cumprimento integral da legislação vigente
- Melhoria da qualidade dos serviços de saúde
- Proteção da saúde pública e do meio ambiente

#### Contratações Semelhantes:

- **Município de Cordeirópolis SP:** Pregão Eletrônico nº 20/2025 Contratação de empresa especializada para serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde RSS, dos Grupos "A (A1, A2, A3, A4, A5), B e E", de acordo com a Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, CONAMA nº 358/2005 e CONAMA nº 316/2002, gerados pelas unidades públicas relacionadas à Secretaria de Saúde de Cordeirópolis. Modalidade de disputa: aberto. (Id contratação PNCP: 44660272000193-1-000095/2025).
- **Município de Caconde SP:** Pregão Eletrônico nº 00020/2025 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, tratamento e disposição final para resíduos de serviços de saúde, dos Grupos "A", "B" e "E", pelo período de 12 meses. Modalidade de disputa: aberto. (Id contratação PNCP: 45767829000152-1-000056/2025).
- **Município de Martinópolis SP:** Pregão Eletrônico nº 001/2025 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos de saúde (RSS), tratamento e destinação final, dos Grupos A, B, E, A2 e A3, em conformidade com as normas do CONAMA nº 358/2005 e da ANVISA RDC nº 306/2004, para atender o Departamento de Saúde, Saneamento e Bem Estar Social. Modalidade de disputa: aberto. (Id contratação PNCP: 44855443000130-1-000079/2025).





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

#### 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Estima-se uma geração mensal de 520 kg de resíduos, cuja destinação exige coleta regular, transporte seguro e tratamento adequado. Assim, a destinação exige coelta regular, transporte seguro e tratamento adequado. Assim, a contratação visa garantir a continuidade e regularidade dos servços de saúde, com segurança, eficiência e conformidade com os padrões legais e sanitários.

As quantidades estimadas têm finalidade exclusivamente contratual e poderão variar conforme a demanda efetiva registrada ao longo da execução. Para fins de dimensionamento, foram consideradas todas as unidades de saúde e imóveis cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo as cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Centro de Saúde, o Centro de Pediatria, o Centro de Especialidades, o CAPS, o CEO, o Setor de Ambulância e o Laboratório Municipal, bem como demais serviços de saúde que venham a ser istituidos ao longo do exercício.

A estimativa apresentada garante previsão contratual adequada, assegurando continuidade, eficiência e segurança no manejo dos resíduos gerados em toda a rede municipal de saúde.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em ampla pesquisa de preços, conforme metodologia estabelecida no Art. 23 da Lei no 14.133/2021, utilizando como fonte os dados do relatório de pesquisa de preços da plataforma ComprasGOV - Documento Anexo (Pesquisa de Preço 287/2025).

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não se considera viável o parcelamento da solução, tendo em vista a natureza integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E. A contratação por **lote único** e preço global garante maior economicidade, com possibilidade de propostas mais competitivas por parte dos licitantes.

Além disso, a execução unificada dos serviços sob responsabilidade de **uma única empresa contratada** facilita o controle e a fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando maior eficiência técnica e conformidade com as normas vigentes. A centralização evita falhas operacionais, garante a rastreabilidade dos resíduos e concentra a responsabilidade contratual.

#### 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação não depende de outras aquisições ou contratações correlatas para sua viabilização, uma vez que o município dispõe da estrutura administrativa e operacional necessária para acompanhar, gerir e utilizar os serviços contratados. Trata-se de contratação pontual e autônoma, não estando vinculada tecnicamente ou funcionalmente a outros contratos em andamento.

## 10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

A presente contratação possui previsão no Plano de Contratação Anual - PCA 2025 - publicado no Diário Oficial do Município em 16/12/2024 Edição no 680, conforme respectiva dotação orçamentária do órgão.

Vale destacar que a despesa estimada tem adequação orçamentária e financeira conforme: Lei Orçamentária Anual do exercício de 2025 (Lei Municipal no 3.526 de 02/12/2024 publicado Diário Oficial do Município em 13/12/2024 edição no 679), bem como compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal no 3.509 de 11/07/2024 publicado Diário Oficial do Município em 15/07/2024 edição no 593)

#### 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

#### Indicadores de Resultado:

#### **Indicadores Quantitativos:**

- Taxa de coleta: 100% dos resíduos gerados coletados;
- Frequência de coleta: 100% das coletas realizadas conforme o cronograma estabelecido;
- Tratamento adequado: 100% dos resíduos tratados em conformidade com as normas vigentes;
- Destinação final: 100% dos resíduos destinados de forma ambientalmente adequada.

#### **Indicadores Qualitativos:**

- Cumprimento normativo: 100% de conformidade com a legislação aplicável;
- Satisfação dos usuários: índice superior a 90%;
- Redução de incidentes: zero ocorrências de contaminação relacionadas ao manejo dos resíduos;
- Melhoria ambiental: redução total dos riscos ambientais associados aos resíduos de serviços de saúde.

## **Resultados Esperados:**

## Curto Prazo (1º ano):

- Implementação completa do sistema de coleta;
- Regularização ambiental das unidades de saúde;
- Capacitação de 100% dos servidores envolvidos na gestão dos resíduos;
- Redução significativa dos riscos sanitários.

#### Médio Prazo (2º e 3º anos):

- Consolidação do sistema de gestão de resíduos;
- Otimização dos processos operacionais;
- Melhoria contínua dos indicadores de qualidade;
- Reconhecimento do município como referência regional em gestão de resíduos de serviços de saúde.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

#### Longo Prazo (impactos duradouros):

- Fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade;
- Melhoria da imagem institucional da Secretaria Municipal de Saúde;
- Contribuição efetiva para a saúde pública municipal;
- Preservação ambiental para as futuras gerações.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Antes da celebração do contrato, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Verificação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e ambiental da empresa vencedora, incluindo licenciamento junto ao órgão ambiental competente para o transporte e tratamento de resíduos de serviços de saúde:
- Análise da documentação comprobatória da capacidade técnica da empresa, com apresentação de atestados de desempenho compatíveis com o objeto;
- Homologação do resultado da dispensa e adjudicação do objeto à empresa vencedora;
- Aprovação do Termo de Referência e da minuta contratual pela assessoria jurídica competente;
- Comprovação de dotação orçamentária suficiente e adequada à contratação;
- Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, com respectivas atribuições;
- Planejamento logístico com as unidades de saúde quanto aos locais de coleta, horários e procedimentos de acondicionamento.

## 13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

## 13.1 Impactos Ambientais Identificados:

## **Impactos Positivos:**

- Redução da contaminação do solo e água
- Diminuição de riscos de propagação de doenças
- Melhoria da qualidade ambiental urbana

## **Impactos Negativos Potenciais:**

- Emissão de gases durante o transporte
- Geração de efluentes no processo de tratamento
- Consumo de recursos naturais (água e energia)

#### 13.2 Medidas Mitigadoras:

#### Para Transporte:



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- Uso de veículos com tecnologia menos poluente
- Otimização de rotas para reduzir percursos
- Manutenção preventiva regular dos veículos

#### Para Tratamento:

- Exigência de tecnologias de controle de emissões
- Tratamento adequado de efluentes líquidos
- Monitoramento ambiental das unidades de tratamento

#### Para Destinação Final:

- Utilização apenas de aterros licenciados
- Comprovação de destinação adequada
- Rastreabilidade completa do processo

#### 14. MAPA DE RISCOS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

#### 14.1 Riscos Identificados:

#### **RISCO ALTO**

## Risco: Contaminação ambiental por destinação inadequada

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Mitigação: Exigência de licenças ambientais válidas, fiscalização rigorosa, penalidades contratuais

severas

#### Risco: Descumprimento da legislação sanitária

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Mitigação: Capacitação de equipes, auditoria regular, cláusulas contratuais específicas

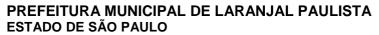
#### **RISCO MÉDIO**

## Risco: Aumento de custos por variação de quantidades

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Mitigação: Estimativas baseadas em dados históricos, cláusulas de reajuste, monitoramento contínuo





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Risco: Problemas operacionais (atrasos na coleta)

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Mitigação: Exigência de frota reserva, penalidades por atraso, fiscalização ativa

#### **RISCO BAIXO**

Risco: Mudanças na legislação

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Mitigação: Cláusulas de adequação automática, acompanhamento legislativo

#### 14.2. Plano de Contingência:

Identificação de empresas alternativas pré-qualificadas

Procedimentos de emergência para situações críticas

Plano de comunicação com órgãos fiscalizadores

## 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E é **ADEQUADA** e **NECESSÁRIA** para o atendimento da necessidade pública identificada.

#### Fundamentação:

**Legalidade:** A contratação encontra amparo legal nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018, SMA nº 33/2006 e Lei nº 14.133/2021, sendo obrigatória para o cumprimento das normas sanitárias e ambientais.

**Economicidade:** Os valores estimados estão compatíveis com o mercado, conforme pesquisa realizada, garantindo economicidade para a administração pública.

**Eficiência:** A solução proposta atende integralmente à necessidade, com ganhos de eficiência operacional e redução de riscos.

**Sustentabilidade:** A contratação promove a sustentabilidade ambiental através da destinação adequada dos resíduos, protegendo o meio ambiente e a saúde pública.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Laranjal Paulista, 24 de novembro de 2025

Diego Dyodi Ishiwa Secretaria Municipal de Saúde



**DADOS DO PROPONENTE:** 

# PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

#### ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(papel timbrado da empresa)

#### PREGÃO ELETRÔNICO 036/2025 - PROCESSO 307/2025

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E, conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006, para as unidades de atendimento vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista.

Condições da prestação dos serviços: Vide Anexo I - Termo de Referência.

Item	CATSER	Descrição	Un	Qtde.	Valor unitário	Valor total
1	19380	Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A (resíduos com possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção), B (resíduos químicos) e E (materiais perfurocortantes), conforme definidos na RDC ANVISA nº 222/2018, na Resolução CONAMA nº 358/2005 e na Resolução SMA nº 33/2006.	kg	6.240 (520 / mês)		

Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

Nome:		
Razão Social:		
Endereço Completo:		
CNPJ:		
Telefone:	Fax:	e-mail:
Validade da Proposta: 90 dias		

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: <a href="mailto:licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br">licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</a>

## ANEXO IV - DECLARAÇÃO GERAL

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº:	/20		
A empresa i Sr.(a), portador(a			o de seu representante legal o(a)  DECLARA:
1. que tomou conhecimer do objeto da licitação;	nto de todas as informações	s e condições locais pa	ra o cumprimento das obrigações
	urno, perigoso ou insalubre		/21, que não emprega menor de de dezesseis anos, salvo,a partir
licitatório, inclusive condenaç	ão judicial na proibição de os, transitada em julgada o	contratar com o Poder u não desafiada por re	abilitação no presente processo Público ou receber benefícios ou curso com efeito suspensivo, por ar ocorrências posteriores;
<b>4.</b> que não se encontra d Administração Pública;	eclarada inidônea, nem :	suspensa ou impedid	a de licitar e contratar com a
trabalhistas assegurados na	CF/88, leis trabalhistas,	nas normas infralegai	os para atendimento dos direitos s, nas convenções coletivas de ega das propostas, sob pena de
<b>6.</b> que cumpre as exigências Social;	de reserva de cargos para	oessoa com deficiência	e para reabilitado da Previdência
7. que não possui, em su observando o disposto nos in	·	•	rabalho degradante ou forçado, F/88;
	abalho infantil, por submissã	ão de trabalhadores a c	do judicialmente, com trânsito em condições análogas às de escravo sta;
<b>9.</b> que na composição societá licitação;	iria não existe participação	de dirigente e/ou empr	egados da entidade promotora da
<b>10.</b> o e-mail: convocações e notificações;	, como sendo o	oficial da licitante para	a recebimento de comunicações,
11. que caso vencedora os contrato/ata de registro de pre RG:	-	= :	deverão constar na minuta do ,CPF:,
(LOCAL DO ESTABELECIME	:NTO),	de	de 202



PROCESSO n.º 307/2025

# PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

## ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 036/2025
CONTRATO n.º/2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA CONTRATADA:
Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA, inscrito no
CNPJ/MF sob nº46.634.606/0001-80 com sede na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro, neste ato
representado pelo, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro
lado a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº, sediada na
, representada por seu representante legal
(qualificação completa, RG e CPF), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de acordo com os
elementos constantes no Pregão Eletrônico nº Processo administrativo nº, e
ainda com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, têm entre si
como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos,
da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92. l e ll)

# 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos Grupos A, B e E, conforme estabelecido nas Resoluções CONAMA nº 358/2005, RDC ANVISA nº 222/2018 e SMA nº 33/2006, para as unidades de atendimento vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde de Laranjal Paulista, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

## **1.2.** Objeto da contratação:

Item	CATSER	Descrição	Un	Qtde /	Valor	Valor total /
				mês	unitário	mês
1	19380	Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação				
		final de resíduos sólidos dos serviços de saúde dos	kg 520			
		Grupos A (resíduos com possível presença de agentes				
		biológicos que, por suas características, podem		520		
		apresentar risco de infecção), B (resíduos químicos) e E				
		(materiais perfurocortantes), conforme definidos na RDC				
		ANVISA nº 222/2018, na Resolução CONAMA nº				
		358/2005 e na Resolução SMA nº 33/2006.				



1.3.

4.1.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Valor total em 12 meses

1.3.1. O Termo de Referência: 1.3.2. O Edital da Licitação; **1.3.3.** A Proposta do contratado; **1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 2. 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável se necessário, na forma dos artigos 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato iniciar-se-á em XX/XX/2025 (dia da semana) e encerrar-se-á em XX/XX/2026 (dia da semana). A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negocia-ção com o contratado. 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e 3. XVIII) 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato. 3.2. A fiscalização desta contratação será realizada pelo(a) Servidor(a) Público Sr(a). cabendo a este (s) informar (em) ao Gestor(a) competente, Sr(a) \_\_\_\_\_ \_\_\_\_, através de termo circunstanciado, a data e condições da entrega, atestando documento de entrega e cobrança. 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- 5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO (art. 92, V)
- **5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... ( )
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- **5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 6. CLÁUSULA SEXTA PAGAMENTO (art. 92. V e VI)
- **6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTE (art. 92, V)
- **7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- **7.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- **7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)definitivo(s).
- **7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- 8. CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X. XI e XIV)
- **8.1.** São obrigações do Contratante:
- **8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- **8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **8.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- **8.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- **8.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- **8.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- **8.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.10.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- **8.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- **8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceirosem decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92. XIV. XVI e XVII)
- **9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto,



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047

Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (*Lei nº 8.078, de 1990*);

- **9.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (<u>art.</u> 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo equalquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **9.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores –SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a NotaFiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- **9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **9.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada deacordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **9.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei parapessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (<u>art. 116, parágrafo</u> <u>único, da Lei n.º</u> 14.133, de 2021);

- **9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- **9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementálos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no <u>art. 124, II, d, da Lei nº14.133, de 2021.</u>
- **9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- **9.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas eutensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **9.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na <u>Lei nº 13.709, de 14 de agosto de</u> <u>2018</u>, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **9.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **9.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **9.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição deaprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- **I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (*art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021*);
- **II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e"d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (<u>art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021</u>);
- **III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nasalíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (<u>art. 156, §5°, da Lei nº 14.133, de 2021</u>).

## IV. Multa:

- a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- **b)** Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso ou inadimplementio superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- **d)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 30%do valor do Contrato.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 30% do valor do Contrato.

- f) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.
- g) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
- h) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (<u>art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)</u>
- **10.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (<u>art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021</u>).
- **10.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (*art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021*)
- **10.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- **10.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- **10.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- **b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

**10.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (<u>art. 159</u>).

- **10.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (*art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021*).
- **10.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (*Art. 161, da Lei nº 14.133,de 2021*).
- **10.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do *art. 163 da Lei nº 14.133/21*.
- **10.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução <u>Normativa SEGES/ME nº 26, de 13</u> de abril de 2022.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. X/X)

- **11.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- **11.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- **11.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

(dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- **11.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- **11.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejaráa extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- **11.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **11.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- **11.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- **11.3.3.** Indenizações e multas.
- **11.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (<u>art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021</u>).
- **11.5.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral oupor afinidade, até o terceiro grau (*art.* 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92. VIII)

- **12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo descrita e parte em dotações futuras:
- 02.04.00.10.301.0010.2017.0000.3.3.90.39.00 Ficha 135
- 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOS CASOS OMISSOS (art. 92. III)
- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>

<u>2021</u>, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na <u>Lei nº 8.078</u>, <u>de 1990 – Código de Defesa do Consumidor</u> – e normas e princípios gerais doscontratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de</u>

<u>2021</u>.

**14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que

se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à

prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade deantecipação

de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art.

<u>132 da Lei nº 14.133, de 2021</u>).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila,

dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na

Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, \$2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c

art. 7°, §3°, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO (art. 92, §1º)

**6.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjal Paulista/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução

deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº

<u>14.133/21</u>.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Gestor do contrato

Fiscal do contrato

62



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 — (15) 3283-8338 e-mail: <a href="mailto:licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br">licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</a>

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025 - PROCESSO 306/2025 ANEXO VI - ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONT	RATANTE:
CONT	RATO № (DE ORIGEM):
OBJE	то:
ADVO	GADO (S)/ Nº OAB/email: (*)
Pelo p	resente TERMO, nós, abaixo identificados:
1.	Estamos CIENTES de que:
estarã ocorre b) Despa com o c) relativo parte o 709, d regras d) as "Cada confor	o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, o sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual rá pelo sistema eletrônico; poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, ichos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, amente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº le 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme do Código de Processo Civil; informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do stro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, me "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); e exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2.	Damo-nos por NOTIFICADOS para:
a)	O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
•	Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de a, interpor recursos e o que mais couber.
LOCA	L e DATA:
Nome Cargo CPF:	RIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: :
DISPE Nome:	ONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA NSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18500-047 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Assinatura: \_ RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: Pelo contratante: Nome:\_\_ Cargo:\_\_\_\_\_ CPF: Assinatura: Pela contratada: Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: CPF: \_\_\_\_ ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE: Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_ **GESTOR(ES) DO CONTRATO:** Nome: \_\_\_\_\_\_Cargo: \_\_\_\_\_\_ CPF: Assinatura: **DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):** Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_

Assinatura: